



de movimiento a partido político

Janet Biehl



De Movimento a Partido Político

Notas sobre alguns Movimentos Verdes Europeus

Janet Biehl

Tradução: *Felipe Cassuli e Felipe Corrêa*



2009

Projeto de capa: *Luiz Carioca*

Diagramação: *Farrer*

(C) Copyleft - É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Faísca Publicações Libertárias

www.editorafaisca.net

faisca@riseup.net

vendasfaisca@riseup.net

Sumário

Apresentação	4
De Movimento a Partido Político	6
Os Verdes Alemães (Die Grünen)	6
A transição para o profissionalismo	7
A questão das alianças	9
Reestruturando o partido	11
O Congresso de Neumünster	13
Os Verdes Italianos (Liste Verdi e Arcobaleno Verde)	14
Os Verdes Franceses (Les Verts e Génération Ecologie)	17
Os Verdes Britânicos	19
Uma alternativa democrática ao Parlamentarismo Verde	21
Notas	25

Apresentação

Publicamos agora esta tradução que fizemos alguns anos atrás, no contexto da eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para a presidência do Brasil. Na realidade, a tradução aguardava para ser publicada em livro, mas, pelas mudanças de nossas prioridades editoriais, fazemos agora sua publicação na internet, disponibilizando o texto aos leitores.

O artigo de Janet Biehl é relevante, pois discute a trajetória política dos partidos verdes em diversas localidades da Europa, particularmente na Alemanha. É incrível a similaridade entre a proposta dos verdes - fundamentalmente a dos alemães, que era a mais radical - e a proposta de constituição do PT no Brasil. Tanto os verdes, quanto o PT, acreditaram que era possível sustentar o campo parlamentar como “mais um campo de luta”, juntamente com as lutas populares de massa. Similarmente, movimentos populares de base, ao considerarem o Estado um campo importante de luta, entraram em sua máquina e, aos poucos, sua política institucional transformou-os, fazendo com que perdessem suas bases, sua combatividade e sua capacidade de mudança.

Esta discussão traz à tona um dos temas clássicos mais debatidos no seio do movimento socialista mundial, que é a questão do Estado. Seria ou não o Estado um caminho para a transformação social? De um lado, os marxistas e sua descendência sustentavam (e ainda sustentam) que sim, e propunham, por meios revolucionários ou reformistas, que o Estado era um meio para a emancipação popular. De outro, anarquistas e libertários de diversos matizes sustentavam que a conquista do Estado criaria uma nova classe burocrática colocando-a, junto com o poder de Estado, sobre o povo e continuando a exploração. Este tema central na Primeira e na Segunda Internacionais foi motivo de cisão entre libertários e autoritários.

O texto a seguir contribui sobremaneira com a tese dos anarquistas e libertários, particularmente em relação à estratégia reformista de tomada do Estado, mostrando como um movimento popular classista e combativo, ao considerar o Estado como um campo de luta e ingressar na política parlamentar institucional, pode reduzir-se ao jogo eleitoral e acabar com sua própria capacidade de transformação. Junto com a própria história do PT, a história dos verdes, muito bem retratada em “De Movimento a Partido Político”, corrobora a tese de que o Estado não é um meio, não é um “campo de batalha”, muito menos um instrumento neutro para aqueles que de fato desejam a transformação social.

Devemos deixar claro que a proposta colocada por Biehl ao final de seu texto, como saída para a crise da tentativa eleitoral dos verdes, não é compartilhada

por nós. Polêmica entre os anarquistas, a teoria do municipalismo libertário propõe que se ocupem os espaços políticos das municipalidades que ainda não estejam completamente tomados pelo Estado e pelo governo e que se lute para democratizá-los. Em nossa opinião, essa estratégia é equivocada por algumas razões. Primeiramente, porque defendemos uma concepção de movimentos populares (movimentos sociais, sindicatos) que se desenvolvam fora do âmbito do Estado, e organizem-se por demandas colocadas pela luta de classes, que é uma contradição negada pelos defensores do municipalismo. Depois, por não colocar a necessidade da organização política anarquista que, juntamente com estes movimentos, poderia conduzir à transformação desejada. Portanto, ao contrário da proposta do municipalismo libertário, que coloca como tática para os anarquistas a disputa dos organismos institucionais municipais, nós colocamos que nossa estratégia é a criação e a participação ativa nos movimentos populares que surgem a partir da luta de classes, buscando estimular o sentimento libertário que é latente em um amplo setor do povo. Este estímulo deve evidenciar aspectos combativos, autônomos, de luta pela ação direta, pela horizontalidade e pela democracia direta, visando criar movimentos de maiorias que, longe de ficarem restritos a uma determinada ideologia, sejam plurais e agreguem-se sobre bases das necessidades reais, a outros movimentos, constituindo uma força social com condições de unir a todo o conjunto de classes exploradas e derrubar o capitalismo e o Estado.

Felipe Corrêa e Victor Calejon (editores, Faísca Publicações Libertárias)

Entre muitos verdes¹ dos Estados Unidos, que têm um sistema eleitoral “sempre vencedor”, é moda louvar o sucesso parlamentar dos verdes europeus e invejar os sistemas de representação proporcional que permitiram a eles serem colocados em posições de poder político em vários níveis na Alemanha, Itália e França. Tais celebrações, entretanto, ignoram um lado complicado das “realizações” eleitorais de muitos verdes europeus. De fato, na medida em que esses verdes da Europa Ocidental tornaram-se parte dos sistemas parlamentares, suas políticas foram, na maioria das vezes, submetidas a grandes mudanças para pior, em comparação à perspectiva anterior dos movimentos em que eles próprios se baseavam, freqüentemente revolucionária e orientada pela base. Os partidos verdes na Alemanha, França, Itália e Grã-Bretanha têm se adaptado, rapidamente, às políticas de poder convencional e ao Estado-Nação, abandonando, no processo, os laços com o movimento, as estruturas responsáveis, e os princípios programáticos.

Mesmo a grande imprensa americana noticiou este episódio. The New York Times mencionou em 1989: “Os grupos verdes, que outrora insistiam em uma revisão radical da sociedade ocidental, hoje estão mais integrados no sistema e desistiram do discurso antiestablishment. Até o parlamento europeu, que eles próprios ridicularizavam, por ser uma burocracia indigesta, é agora visto como um atraente fórum em que se pode obter novos poderes e inserção.”² A agência de notícias The Associated Press comparou os “verdes outrora radicais” de muitos anos atrás, com os “verdes maduros de hoje” e sua “nova respeitabilidade”³. Os verdes, em muitos países da Europa Ocidental, têm se tornado, em grande medida, políticos profissionais, e os seus partidos, partidos políticos comuns, com aparência ambientalista. Seus brados radicais por uma transformação social profunda junto às linhas ecológicas foram por água abaixo, dando lugar a um mero ambientalismo.

Os Verdes Alemães (Die Grünen)

Foi na Alemanha Ocidental que os verdes lutaram mais duramente pela questão dos perigos da prática parlamentar e tiveram uma conclusão mais decisiva. Na realidade, foi na Alemanha Ocidental que os verdes encontraram-se marcadamente em situações que lhes proporcionaram poder e governos de coalizão em âmbitos local e nacional. Die Grünen foi fundado provavelmente com uma orientação de base mais sólida do que qualquer outro partido verde na Europa Ocidental. De volta ao início dos anos 1980, eles próprios constituíram-se como um braço eleitoral de um movimento de massas cujas práticas eram a ação di-

reta e a iniciativa civil sobre debates específicos. Quando os Grünen começaram a ter um papel político público nas legislaturas, declararam que a estrutura interna de tomada de decisão nas reuniões do partido com esse fim, iria, em todas as vezes, permanecer sujeita ao controle da base. Além disso, eles opunham-se declaradamente ao profissionalismo: tanto em seu programa, quanto em sua prática, estavam comprometidos com uma política coletivista, em que todos os membros são basicamente iguais, e aqueles com cargo público são meramente a voz da organização, que apresenta suas posições na assembléia de outros corpos parlamentares. “A idéia central a esse respeito”, diz o programa original deles, “é o ininterrupto controle de todos aqueles que possuem cargos públicos, delegados e instituições, pelos membros da base”.

Dessa forma, quando os verdes alemães entraram pela primeira vez no Bundestag⁴ em março de 1983, o movimento esperava controlar seus representantes por um “mandato imperativo”, para que o centro político de gravidade permanecesse fora do Bundestag. O mandato parlamentar seria limitado pela rotação de deputados e de outros oficiais eleitos. Ou seja, eles entregariam seus postos para outros verdes, depois de um ano ou dois, para permitir que o maior número possível de pessoas ganhasse experiência política. Todos os verdes que fossem eleitos deveriam doar metade dos seus generosos salários parlamentares para um fundo especial do partido para causas ambientais e sociais, e tomar para si somente a quantia para viver. O princípio da “separação de cargo e mandato” prevenia a concentração de poder nas mãos de poucos, evitando que os membros do Bundestag tivessem altos cargos dentro do partido.

A transição para o profissionalismo

Porém, o acesso ao poder e ao dinheiro mostrou-se muito atrativo. Praticamente assim que os Grünen entraram no aparato federal, a definição pelos impulsos democráticos do movimento foi colocada em xeque ou mesmo abandonada pelos próprios delegados do Bundestag. Os membros geralmente comprometidos com o exercício do poder parlamentar ficaram conhecidos por *realos*; aqueles que defendiam os valores originais, por outro lado, ficaram conhecidos por *fundis* e depois se reagruparam, constituindo a esquerda do movimento; também incluía os verdes que aceitaram o uso do aparato parlamentar para fazer propaganda e dramatizar o seu programa. Eram agora os *realos* que rejeitavam os princípios do radicalismo democrático de base e extraparlamentar e que se adaptaram à estrutura convencional do establishment parlamentar. Otto Schily, um advogado que nos anos 1970 defendeu brilhantemente os membros do grupo

terrorista Baader Meinhof⁵, agora ganhava notoriedade como um deputado do Bundestag e fez o que pôde para profissionalizar die Grünen e eliminar a rotação de cargos. (Mais tarde, ele deixou os verdes e entrou no Partido Social Democrata). Dois líderes criadores do Spontis (ou Luta Revolucionária: revolucionários urbanos anarquistas de Frankfurt, dos anos 1970) - Joschka Fischer e Daniel ("o vermelho") Cohn-Bendit - entraram no partido depois de ele ter alcançado o sucesso, tornaram-se os "queridinhos" da mídia e apoiaram Schily com base no argumento de que os verdes deveriam poder ocupar cargos políticos de maneira convencional. Juntos, esses reais tentaram profissionalizar os verdes, transformando-o em um partido ambientalista e pragmático, que estaria confortável dentro do sistema existente, ao invés de permanecer um "partido não-partido" coletivista, que o desafiaria.

A transição para o profissionalismo, neste caso, pode ser remetida ao começo da história da diplomacia do Partido Verde. Anteriormente, os líderes reais levaram a cabo uma reestruturação das convenções do partido para eliminar os procedimentos do mandato coletivista dos verdes. Acabaram com os processos dos "círculos de trabalho" e reforçaram o poder dos cargos políticos individuais. Eles certificaram-se que os fundis - que constituíam uma minoria nas convenções do Bundestag, ainda que fossem, de fato, a maioria em número de associados ao partido - tivessem atribuições sem importância do comitê e usassem os recursos, acesso à mídia e ao poder legítimo, que agora estavam disponíveis, para que promovessem suas próprias posições. O centro de gravidade que determinava a política do partido, e que era constituído pelo movimento extraparlamentar, modificava-se agora, sendo substituído por representantes eleitos que afirmavam estar falando por milhões de eleitores dos verdes.

É desnecessário dizer que o conteúdo das políticas dos reais também mudou. Enquanto os fundis exigiam a eliminação de usinas de energia nuclear e tentavam manter o movimento pacifista, depois da alocação dos Euromísseis na Alemanha Ocidental em 1983, os reais visavam concentrar-se em projetos reformistas, financiados pelo Estado, na melhor das hipóteses, e na manipulação política intrapartidária, na pior. Os reais diminuíram sua oposição às usinas de energia nuclear e inclusive revogaram a exigência de retirada da Alemanha da OTAN⁶ (ironicamente, uma posição que eles continuaram a sustentar, mesmo em 1988-89, quando a retirada da OTAN tornou-se popular entre muitos liberais da Alemanha Ocidental).

A questão das alianças

Porém, foi a disposição dos realos em formar governos de coalizão “vermelhos-verdes” com o Partido Social Democrata (SPD) que se tornou a questão central da batalha ideológica de seis anos entre realos e fundis que se seguiu. As alianças foram um anátema para os ideais dos membros iniciais verdes. Isso foi visto como uma forma intolerável de compromisso político, estruturalmente irresponsável, uma forma de acordo político profissional não apenas com os partidos de centro e de direita, mas também com o SPD. Quando os verdes organizaram-se originalmente como um braço político dos movimentos de paz, antinucleares e de iniciativa civil, eles o fizeram em franca oposição ao SPD, cuja liderança havia concordado com a alocação dos Euromísseis, apoiado a presença da Alemanha na OTAN e apoiado a energia nuclear. Eles moveram-se tanto à direita, que haviam virtualmente se tornado o irmão mais novo do Departamento de Estado dos EUA - para os verdes, fazer alianças governamentais desse tipo, seria impensável. Além disso, uma aliança significaria que os verdes teriam de assumir as responsabilidades sobre as más ações do SPD, o que faria com que se separassem de sua base. O problema das alianças dizia respeito não somente à estratégia imediata, mas à toda questão de compromisso com o sistema e a própria natureza do partido, sua identidade como uma organização política radical.

Em Hesse, em 1985, quando os verdes receberam votos suficientes para equilibrar a balança de poder entre o SPD e os seus oponentes conservadores, eles [os verdes] formaram uma aliança governamental com o SPD de Hesse. Pelos termos do acordo da aliança, Hesse ficou com um ministro do meio ambiente verde. Dois mil verdes de Hesse - um terço dos membros do partido - votaram, 60% contra 40%, para então aceitarem o acordo. A aliança desmoronou em seguida, por razão das diferenças políticas, mas o precedente tinha sido aberto.

Para muitos radicais - verdes e não-verdes - o debate realo-fundi permanece o debate político crucial dos anos 1980. Embora os verdes tenham desenvolvido uma reputação internacional de eternos briguentos, esse estereótipo oculta o importante debate sobre a adaptação ao sistema social e a natureza de um movimento radical. “As lutas contra a OTAN, por mudança social [...] foram boas lutas”, observou o militante de esquerda Jutta Ditzfurth em 1990. “Eles elevaram a consciência”⁷. Entretanto, depois de meia década, muitos membros do Partido Verde estavam esgotados com a grande propaganda do debate. Ao final de 1989, a segunda aliança foi formada quando os verdes, da então Berlim Ocidental (conhecidos como a Lista Alternativa, ou LA), receberam tal número de votos, que os social-democratas foram forçados a buscar uma aliança governamental com eles, a fim de manter seu poder na cidade.

De repente, e espantosamente, quase todo o Partido Verde foi para a posição dos realos e concordou em entrar nessa aliança “vermelhos-verdes”, em clara violação de seus ideais fundamentais. E para fazer isso, a LA, como a mais nova parceira da coalizão, teve de fazer profundas concessões ideológicas ao SPD em seu “acordo de princípios”. Ao contrário de seu programa original, a LA concordou naquele momento em aceitar o monopólio estatal sobre a violência, o direito de ocupação da cidade pelos Aliados, e a unidade legal de Berlim Ocidental e a República Federal. Christian Ströbele (outro advogado de defesa da Red Army Fraction⁸) admitiu que a LA havia cedido na maioria dos pontos às demandas do SPD, mas entusiasmou-se com o fato de que o Congresso Geral Verde, recentemente realizado em Duisburgo, havia, de maneira entusiástica, apoiado a coalizão de seu grupo. Ironicamente, uma das justificativas da LA para o compromisso com os social-democratas foi que o SPD tinha um admirável programa em diversos campos - que somente não era posto em prática. Seria uma de suas funções enquanto verdes, alegavam eles, fazer com que o SPD o realizasse. Entretanto, se os verdes funcionam sob este princípio e abandonam o seu próprio programa na prática, a fim de fazer os social-democratas apoiá-los, deve-se perguntar quem será a esquerda que fará com que os verdes concentrem-se em seu próprio programa. Os verdes de esquerda que restaram, como Rainer Trampert de Hamburgo, queixaram-se exatamente disso. Este acordo de alianças era uma traição equivalente à traição do antigo Partido Social Democrata ao Kaiser, em 1914, quando votou em favor dos créditos de guerra, apesar de sua doutrina fundamentalmente internacionalista.

Alianças governamentais entre verdes e SPD brotaram, em seguida, como cogumelos, em diversos estados alemães. Na Baixa Saxônia, os verdes estavam em uma aliança de governo com o SPD desde 1990. Em Renânia do Norte-Vestfália, o partido chegou ao parlamento em 1990, e este é agora um estado orientado pelas concepções dos realos. Para os verdes, na maioria das regiões da Alemanha, a questão de se formar alianças governamentais com outros partidos, há muito tempo deixou de ser uma questão importante, que dividia opiniões. O único ponto de discussão sobre este assunto era se a formação de alianças devia limitar-se ao SPD, ou se poderia ser feita com os Democratas Cristãos (DC, partido do chanceler Kohl) e também com os Democratas Livres (PDL, os liberais)⁹.

Hamburgo foi pensada para ser diferente. Lar da Lista Alternativa Verde (LAV), Hamburgo tinha uma longa e sólida predominância da esquerda e um centro de oposição radical, dentro dos verdes, desde o início. Com os seus bem-conhecidos porta-vozes eco-socialistas Trampert e Thomas Ebermann, a LAV de Hamburgo havia certamente defendido sua oposição à formação de alian-

ças. O comitê executivo de estado da LAV possuía uma maioria de esquerda¹⁰. Porém, nas eleições realizadas em dezembro de 1990, os votos da LAV caíram abruptamente. Em resposta, um grupo de políticos insatisfeitos do distrito realo, chamando-se “The Wild 13” [“Os 13 Selvagens”] mobilizou-se para derrubar a ala de esquerda da LAV. Enviaram um apelo aos membros da LAV que tratava do estereótipo popular, porém confuso, dos verdes, colocando-os como eternos briguentos e reivindicando que essa tendência entre os verdes “por meio das calúnias de mais baixo nível” havia chegado à difamação. Enquanto as táticas difamatórias eram amplamente utilizadas por ambos os lados no debate realos-fundis, isso era uma enorme apelação para a hegemonia dos realos - como se dissesse: acabe com os briguentos, concordando conosco. No início de 1991, durante uma assembléia de estado da LAV de Hamburgo, os pragmáticos realos conseguiram mudar os rumos da predominância da esquerda. Com clara maioria, a assembléia da LAV anunciou a prontidão para fazer uma aliança com os social-democratas (que governavam com o PDL naquele momento). Sessenta e dois membros da esquerda, depois disso, deixaram a LAV. O “golpe da direita” em Hamburgo custou aos radicais a sua última predominância na Alemanha. No que dizia respeito à LAV, Hamburgo era agora uma cidade inteiramente realo¹¹.

Reestruturando o partido

Dentro do próprio partido, quando finalmente chegou o fim para os fundis, ele veio quando era menos esperado. As eleições federais de 2 de dezembro de 1990 apressaram o acontecimento, quando os verdes não conseguiram o mínimo requerido de 5% dos votos exigidos de qualquer partido para que tivesse representação no Bundestag, e isso foi surpresa para a maioria do público. Este “fiasco” colocou os verdes ocidentais, como eles agora são chamados, para fora do Bundestag pela primeira vez desde 1983. (A Aliança 90/Verdes, feita de grupos de cidadãos da Alemanha Oriental provenientes dos impetuosos dias que culminaram na queda do muro de Berlim e na unificação da Alemanha, estava no Bundestag desde a mesma eleição.)

Como um partido convencional, die Grünen geralmente considerava sua derrota federal uma catástrofe, um “desastre” com eles próprios e um desapontamento para com os verdes do mundo todo. Na reconsideração que se seguiu, feita tanto pelos fundis quanto pelos realos, os fundis (que agora preferiam ser chamados de esquerda) não ofereceram uma alternativa programática coerente de retorno à base e de construção de uma alternativa municipalista libertária,

como poderiam ter feito. Os reais, por sua vez, usaram a derrota eleitoral como uma oportunidade. Joschka Fischer, o antigo *sponti*, que agora era o realo mais conhecido e, de fato, o manda-chuva do partido, comentou que depois do que ele pensou ser uma mera “pausa histórica” na representação do partido no Bundestag, *die Grünen* deveria ser “renovado” (leia-se: reestruturado) desde a base até o topo, e descobrir “uma perspectiva para a esquerda pós-socialista”¹². Junto com Antje Vollmer do reconciliatório grupo “Novo Começo” (Vollmer foi porta-voz do Partido Fraktion no Bundestag até a eleição de dezembro e tem, há muito tempo, tentado mover os verdes para uma posição de centro, mais especificamente ambiental), ele decidiu que o tempo havia de acabar com o debate ideológico sobre as formações de alianças, a natureza do partido, a organização do partido, dentre outras questões, para reconstituir os verdes como um partido comum.

Os verdes trocariam sua imagem de “briguentos” e mostrar-se-iam um sério parceiro para alianças governamentais. Eles avançaram na idéia de que os verdes, ao invés do PDL, deveriam tornar-se os parceiros de alianças da vez, quando os dois maiores partidos, SPD e DC, precisassem de um. Eles iriam dizer adeus aos seus ideais fundamentais e ao seu imaturo horror à formalidade burguesa. Não sendo mais amadores, eles iriam agora se tornar políticos competentes e ordeiros. Eles agora não iriam mais querer acabar com o capitalismo, mas realizar reformas gradativas da sociedade. Fischer disse: “Nós precisamos de um partido que governará esse país, desde as cidades até o nível federal, de 1994 até o fim”.

Fischer e Vollmer prepararam um guia para a “reforma estrutural” do Partido Verde, que eliminaria, de fato, os aspectos que uma vez permitiram aos verdes chamarem-se de um “partido antipartido”, incluindo a separação de cargo e mandato e a rotação de cargos (que já havia praticamente acabado, de qualquer maneira). Os reais “reformadores” propuseram que o partido fosse representado por dois dirigentes federais do partido ao invés do comitê de porta-vozes existente. (O próprio Fischer preferia que só houvesse um dirigente do partido, com um secretário geral a seu lado, porém, mesmo seus companheiros reais resistiram a esse grau de centralização, considerando-o muito extremo.) As “reformas estruturais” também iriam efetivamente retirar o poder da predominância dos fundis, passando-o para a predominância dos reais. Dessa maneira, ao invés do comitê federal executivo (o *Bundeshauptausschuss*, dominado pelos fundis), os reais propuseram o estabelecimento de um conselho federal do partido (*Bundesparteirat*), para ser composto por membros dos comitês estaduais do partido e das reuniões legislativas do estado - ambos de forte influência realo.

Dito isso, as “reformas estruturais” levariam os verdes ao que Fischer mesmo chamaria de “um partido mais do que normal”. Essas “reformas” deveriam ser votadas em um congresso do partido em Neumünster no final de abril de 1991. Os radicais fundis, enfurecidos, chamaram Fischer e Vollmer de “coveiros” do partido e prometeram combatê-los em Neumünster, como seu último esforço¹³.

Entretanto, como resultado da eleição estadual na Hesse de Fischer, realizada um mês após a derrota federal, uma nova aliança de governo SPD-Verde foi formada. Fischer e Hans Eichel (o parceiro do SPD) desenvolveram um novo tratado de alianças de cem páginas que, ao contrário do primeiro tratado de coalizão SPD-Verde em Hesse, não permitia brechas para argumentos substanciais que fizessem a coalizão ruir. Foi projetado para mostrar que apesar dos “desastres” anteriores em Hesse e Berlim (em 1990), o SPD e os Verdes poderiam realmente trabalhar bastante juntos em uma coalizão governamental. Quando a coalizão governamental chegou ao poder em abril de 1991, Fischer tornou-se ministro do Meio-Ambiente (assim como ministro do Bundestag¹⁴, o que garantiu a ele um bom cargo em Bonn¹⁵) e declarou, no modelo verdadeiramente realo, que se essa coalizão em Hesse desse errado, seria “o fim de todo o experimento verde”¹⁶.

O Congresso de Neumünster

Repetindo Fischer, Hubert Kleinert, um conhecido realo, observou que, ou os verdes aceitavam as “reformas estruturais” durante o congresso de Neumünster, “ou a luz irá embora” do Partido Verde. Muitos delegados do congresso, realizado no fim de abril de 1991, não estavam confortáveis com a proposta de “reforma estrutural” dos realos e com a guinada que o partido estava dando. Estavam desconfiados da tendência dos realos a guiar os verdes para a mídia e para seu desejo por “efetividade”. Entretanto, eles deram aos realos a maioria das “reformas estruturais” com uma maioria de dois terços na votação. Somente a separação entre cargo e mandato que não passou. Além disso, aprovaram uma carta consensual dizendo que a oposição ao capitalismo é obsoleta, o que Jutta Ditfurth classifica como estando “mais à direita do que a encíclica papal sobre o capitalismo.”¹⁷ “Realíssimo” Fischer - agora inigualável como “o homem mais poderoso do partido”; de acordo com o realo Udo Knapp, um chefe conferencista - encontrou “pouco do que se queixar” nesta vitória da direita¹⁸. O núcleo de esquerda da Ecologia Radical, incluindo Ditfurth, anunciou, em consequência disso, sua saída do Partido Verde e formou, desde então, um novo grupo chamado Esquerda Ecológica.

Na primavera de 1992, o enfraquecido governo dos DC de Kohl, encarando a possível perda de poder nas eleições federais de 1994, estava estudando a idéia de propor uma coalizão governamental, em nível federal, com os verdes. Um membro dos DC disse que os verdes estavam mais próximos dos DC do que dos social-democratas. O próprio Kohl disse que as discussões “não foram prejudicadas”, enquanto o presidente dos DC, Heiner Geisser, disse que “os verdes tornaram-se um partido normal” e que uma coalizão, se viesse a acontecer, resultaria “da lógica de sua normalidade”. Eles são, disse Geissler, “o legítimo quarto partido”. Joschka Fischer, por sua vez, recusou-se a desencorajar as discussões, afirmando que a construção ecológica “seria mais fácil de acontecer com os DC” do que, ele parecia querer dizer, com o SPD¹⁹.

Sob o véu superficial dos seus antigos “valores” - um véu realmente bem curto, agora - os verdes podem buscar cargos e realizar acordos à vontade. Os ex-anarquistas, ex-spontis, ex-marxistas e ex-radicais tornaram-se “práticos”, “realistas” e “orientados pelo poder”. A esquerda, em movimentos verdes pelo mundo todo, deve dar um adeus final aos verdes alemães, considerando-os como um partido sem qualquer pretensão de ser de esquerda, ou de ser fundamentado em um movimento.

Os Verdes Italianos (Liste Verdi e Arcobaleno Verde)

Em outros países da Europa Ocidental durante os anos 1980, os verdes repetiram o conflito realo-fundi de die Grünen, ainda que em menor escala e com importantes variações²⁰. O conflito básico entre um movimento popular e parlamentares irresponsáveis também ocorreu na Itália, ainda que não tenha sido debatido naqueles termos, segundo à intensidade de die Grünen. O centro da gravidade dos verdes italianos, entretanto, passou rapidamente de movimento para partido político.

Fundado como verdes em Florença em 1984, i Verdi agregou grupos locais de ativistas antinucleares, ecologistas e ambientalistas, objetores de consciência, grupos de civis e grupos religiosos em um amplo “arquipélago” cultural que percorreu a península itálica. Eles estavam ligados muito mais pelos valores comuns do que pela estrutura; de fato, na Itália, a palavra “verde”, com frequência, serviu simplesmente para substituir as palavras “contracultura” e “alternativo”. Como um amplo arquipélago, i Verdi não teve - e continua não tendo - uma estrutura comum de responsabilidade organizacional em que a base possa exercer controle sobre as elites, ou mesmo, além de algumas idéias gerais, qualquer declaração clara de princípios pela qual os parlamentares poderiam ser guiados e

serem responsáveis.

Na realidade, os verdes italianos são conhecidos pelo seu consciente e deliberado compromisso com uma organização partidária fraca, como resultado de sua reação contra a partitocrazia, ou “partidocracia”, pela qual, partidos fortes exercem grande influência sobre os assuntos diplomáticos na Itália, resultando em freqüente burocracia, nomeações e corrupção. Os verdes, cujo desgosto por esse sistema é bastante sentido na Itália, procuraram evitar o desenvolvimento da burocracia em seu próprio partido, evitando uma estrutura tanto quanto foi possível e permanecendo vagos e informais, para permitir que uma política ecológica alternativa se desenvolvesse pela base²¹.

As assembléias dos Verdi continuaram vagas, e nos primeiros anos foram dominadas pela base. Porém, muitos libertários que estavam entre os verdes incomodaram-se ao descobrir que antigos membros da Nova Esquerda dos anos 1970 estavam entrando no movimento e chamando os verdes para a política parlamentar. Os pares dos fundis alemães, cuja organização era de base, temeram rapidamente que os ex-radicais, tendo abandonado a sua tendência anterior, algumas vezes violenta e revolucionária, estivessem agora simplesmente usando os verdes para entrar no sistema de poder político - não muito diferente dos antigos radicais dos Grünen, como Fischer.

No congresso Verde de 1986 em Verona, foi feita uma proposta para que as listas de candidatos ou as “listas Verdes” (Liste Verdi) fossem utilizadas para as eleições locais, regionais, provinciais e até nacionais, o que se poderia facilmente fazer, no sistema eleitoral relativamente aberto de proporcional representação da Itália. Mais de 50% dos grupos no congresso sentiram que os verdes não deveriam ir à Roma naquele momento, e deveriam continuar a trabalhar com as bases. Os verdes, depois de tudo isso, existiram por apenas mais dois anos. Porém, outros grupos já tinham decidido apresentar as Liste Verdi nas eleições, e por falta de uma estrutura que os impedisse, eles o fizeram a partir de 1987, em clara oposição aos sentimentos da base.

Nem mesmo esses realos estavam certos ao aderirem a alguma ideologia claramente definida ou a uma declaração de princípios. Isso também era parte de uma estratégia intencional: em reação à dominação da esquerda pelos marxistas-leninistas ultra-radicais dos anos 1970, muitos verdes que reivindicavam a contracultura sentiram que a ideologia iria levá-los inevitavelmente ao dogmatismo e aos caminhos partidários. Eles procuraram evitar isso por meio da defesa deliberada de seus valores políticos e da liberdade de princípios, em favor da diversidade e da flexibilidade. A estratégia política “pós-ideológica”, que se tornou praticável para os realos estruturalmente irresponsáveis, foi o trabalho com

outros partidos no espectro político. Toni Negri descreveu essa teoria do “transversalismo”, quando escreveu em 1987:

“Por razão de sua “transversalidade”, os verdes italianos possuem diversas tendências e discursos diferentes [...]. Desde uma perspectiva política, isso exclui a demagogia e limita as oportunidades para a manipulação sectária. Seu caráter geral de movimento político torna improvável [...] que ele seja dominado por posições minoritárias e utópicas. Em resumo, de maneira alguma, ele coloca-se aberto à armadilha do “fundamentalismo”²².”

Sem nenhuma responsabilidade em termos de estrutura e programa, os verdes parlamentares - muitos deles vindos de grupos ultra-radicais dos anos 1960 e 1970 - separaram-se da base e tomaram o controle das decisões políticas. Eles recusaram a rotação. Uma vez no poder, tornaram-se preocupados principalmente com a manutenção de seu poder. Receberam uma grande quantia de fundos do governo por estarem no parlamento - o equivalente a seis milhões de dólares. “Eles iam formar um eco-instituto, um eco-banco, mas nada fizeram, gastaram tudo”, reclamou um dos fundadores do partido.

Um pouco antes das eleições parlamentares européias em 1989, membros militantes do Partido Radical e antigos membros do Democrazia proletariana formaram um segundo grupo partidário. Chamados de Verdes Arco-Íris (Arcobaleno Verde), eles não se distinguiam dos originais Verdi em nenhum ponto ideológico mais significativo. Ao invés disso, acreditavam que um partido político deveria possuir um grau mais elevado de profissionalismo do que os verdes originais tinham. Responsáveis por poucas pretensões de serem um movimento em oposição a um partido, eles abruptamente favoreceram o profissionalismo porque, dizem eles, ele permite que um grupo político tenha maiores “recursos” para fazer mais coisas. Críticos libertários sentiram que os verdes mais velhos responderam de maneira hipócrita quando i Verdi invocaram religiosamente a necessidade sagrada de um partido ter laços com o movimento, uma vez que eles próprios tinham separado-se virtualmente do movimento quando se tornaram carreiristas políticos, defendendo seus próprios direitos.

No verão de 1992, o nível de repulsão dos italianos em geral ao seu sistema governamental, tinha chegado a um novo patamar, e nas eleições gerais a coalizão dominante dos quatro partidos em torno dos democratas cristãos não conseguiu a maioria necessária. Os verdes, por sua vez, sofreram o que poderia ser abertamente visto como uma derrota decisiva, não conseguindo alcançar o percentual esperado de votos, baseando-se nas eleições anteriores. Um artigo no

principal jornal dos ecologistas de base e de contracultura na Itália, AAM Terra Nuova, criticou a falta de responsabilidade estrutural e o uso de salários parlamentares por parte dos verdes, cujo objetivo era promover suas próprias carreiras, colocando isso como as razões de seu fiasco. O artigo convocava ativistas políticos verdes à “voltarem para a periferia” e submeterem-se a um processo de repensar todo o projeto verde²³.

Nesse mesmo momento, um dos mais conhecidos e mais respeitados verdes italianos, Alexander Langer (cuja orientação política junto aos verdes é difícil de classificar), publicou uma carta de renúncia, não somente às suas posições no conselho federal e na delegação italiana verde para o parlamento europeu, mas também na própria atividade no Partido Verde. Os verdes já não tinham mais qualquer credibilidade para falar sobre paz, para com a natureza ou entre as pessoas, disse ele; eram fechados em si mesmos, falando somente entre eles (uma reclamação que reflete o fracasso da estratégia de “transversalidade”); e estavam ignorando a “estrutura declaradamente federalista e regionalista dos verdes”. Ele achou a atmosfera no partido “sufocante”, disse, e desistiu de toda esperança por qualquer mudança interna²⁴.

Os Verdes Franceses (Les Verts e Génération Ecologie)

Se os verdes franceses (les Verts) não passaram por uma transição significativa de um radicalismo característico de movimento para uma orientação parlamentar liberal ou conservadora, é porque eles mal desenvolveram um programa radical em seu início²⁵. Quase desde seu início, em 1984, sua orientação tem sido mais estreitamente ambientalista do que aquela dos outros verdes europeus, e mais politicamente ecumênica. Isto continua até hoje, quando a tendência com mais votos nas listas do partido, comandada por Antoine Waechter, fica mais interessada em questões estritamente ambientais do que em questões sociais, até onde isso pode ser determinado.

Eles tem tido relativamente poucos laços com movimentos sociais, um contraste marcante em relação aos Grünen, cujo programa original incorporou toda a gama das causas radicais dos anos 1980 e era inicialmente bastante fundamentado em grupos de base antinucleares, antimilitares e de cidadãos. Les Verts parecia mais uma elite do que um movimento - mesmo em comparação com o Partido Socialista francês, com seus vínculos com movimentos como o SOS Racisme²⁶. Quando os Verts conseguiram 1.800 cadeiras no conselho da cidade nas eleições de março de 1989 (um ganho seis vezes maior do que o apresentado nas eleições locais em 1983), isso não refletiu as origens em um forte movimento de

base. A maioria da liderança verde hoje, apesar de algumas diferenças, compartilha igualmente uma orientação comum visando o governo e prioriza muito mais isso do que o desenvolvimento de uma potencial base.

Os verdes franceses também não têm dado ênfase a um programa social radical ou desafiado seriamente a sociedade existente, considerando-se além da esquerda e da direita. Na França, na realidade, os votos dos verdes têm sido, freqüentemente, meros votos de protesto ao invés de constituírem uma preocupação séria com as questões ambientais, isso sem falar no desejo de se alterar completamente a sociedade. Na verdade, eles opuseram-se à energia nuclear, por um longo tempo, em um país famoso por sua dependência e consentimento para com a energia nuclear. E, de fato, delegados do partido devem aderir ao princípio da rotação. Porém, ao permanecerem essencialmente incontestados na maioria das circunstâncias, e especialmente por manterem os programas de esquerda à distância, *les Verts* tornou-se atraente para outros partidos, como um parceiro de coalizão. Especialmente verdes próximos a Antoine Waechter, líder do partido, favoreceram a manutenção dessa transcendência, enquanto alguns membros reais de uma minoria eco-socialista interna dos *Verts*, aglutinada em torno de Yves Cochet e Didier Anger, queriam que o partido tivesse uma relação estreita com o Partido Socialista.

Como resultado de sua forte aparição eleitoral em 1989, os *Verts* foram procurados pelos grandes partidos, tanto de esquerda quanto de direita, buscando ganhar os votos “ecológicos”. “Os verdes viram-se como árbitros, entre os grandes partidos de esquerda e direita que, em várias cidades, foram forçados a negociar o apoio dos verdes”, segundo relata um observador²⁷. Em Lille, por exemplo, 59 cadeiras no conselho da cidade estavam em disputa no segundo turno das eleições de março de 1989, quando o prefeito socialista da cidade, Pierre Mauroy, prometeu aos verdes que eles poderiam ter cinco dessas cadeiras se pedissem a seus 8% do eleitorado que votassem nos socialistas; e eles o fizeram. Muitos líderes verdes como Waechter gostaram de ser procurados e não quiseram fazer alianças oficiais (invocando o slogan verde “nem esquerda, nem direita”), não porque fossem contra o princípio de se fazer coalizões e não porque queriam construir uma nova política, mas para estarem livres para fazer acordos com todos os partidos.

Entretanto, as assembleias do partido representam o radicalismo que existe nos *Verts*, em grande medida, como eram os congressos dos verdes alemães. Os membros que participaram das assembleias semestrais do partido influenciaram, de forma restritiva, a emergência da liderança de uma elite no partido. Em 1989, quando Waechter tentou reorientar e profissionalizar a estrutura do par-

tido, a fim de estabelecer uma liderança centralizada e torná-la ainda mais convencional - aumentando a autonomia dos porta-vozes do partido eliminando a rotação - a assembleia do partido resistiu, e resistiu de novo em 1990. E quando Cochet defendeu a substituição do sistema de assembleias em voga, em que as assembleias eram abertas a todos os membros do partido, por uma assembleia representativa de delegados, a base não concordou.

Talvez o mais notório “realo” (se a palavra tiver significado em um partido conservador e cauteloso) no partido tenha sido Brice Lalonde, um antigo ativista antinuclear da minoria socialista verde, que havia entrado no governo Mitterand para ser ministro do Meio Ambiente. Em maio de 1990 Lalonde deixou o partido para formar uma organização ecologista completamente partidária, *Génération Ecologie*²⁸ - utilizando um discurso que se parece com o anterior conceito de “transversalidade” dos realos italianos. Porém, a orientação do *Génération Ecologie* é predominantemente voltada ao Partido Socialista e, de fato, um de seus objetivos é ajudar os socialistas a reelegerem-se nas eleições de 1993. À medida que Lalonde acusa *Les Verts* de sectários, e Waechter acusa a *Génération Ecologie* de oportunistas, talvez se possa dizer que um conflito realo-fundi tenha se irrompido entre eles.

Entretanto, a principal tensão que permanece não é entre os dois líderes, mas entre os membros e os líderes. No referendo sobre a União Européia, realizado em setembro de 1992, tanto Brice Lalonde quanto Antoine Waechter apoiaram o Tratado de Maastricht²⁹, enquanto aproximadamente um terço dos membros do *Génération Ecologie* e metade dos membros do Partido Verde eram contra³⁰.

Os Verdes Britânicos

Nas várias décadas em que o Partido Verde britânico (sob vários nomes) existiu - o que significa mais tempo que a maioria dos partidos verdes no mundo - ele testemunhou uma incessante luta entre aqueles de seus membros que iriam modernizar e centralizar o partido, tornando-o convencional e aqueles de tipo fundi, defensores da descentralização e da contracultura, muitos dos quais tendem a ser orientados pela “espiritualidade verde”, e todos defensores da base. Esses grupos vem conseguindo várias vitórias, um sobre o outro, em diversos momentos, durante muitos anos - algumas vezes o manifesto seria mais radical que os membros, em outras, a mentalidade dos conselheiros que fizeram parte do Tory³¹ e dos democratas liberais prevaleceram.

Mais recentemente, durante uma reunião do partido em Wolverhampton (próximo a Birmingham) no outono de 1991, os centralistas pareciam ter alcan-

çado uma vitória decisiva. Conduzidos pela porta-voz realo Sara Parkin, com o entusiástico apoio de Jonathon Porritt (atualmente um conselheiro ambiental do príncipe Charles), os centralistas fizeram campanha durante todo o verão em espertas circulares, e conseguiram, com sucesso, a aprovação de uma moção que transformou a estrutura do partido, modernizando-o e conferindo a ele os benefícios de uma eficiência de “terno e gravata”. Agora, existiria um sistema de porta-vozes centralizado, um número menor de pessoas que falavam pelo partido e assim por diante. A moção, chamada de “Verde 2000”, foi aprovada, em parte, como resultado de uma intensa campanha, inteligentemente cara, para ganhar votos por procuração e que seus apoiadores haviam promovido durante o verão passado. Assim, um membro que apareceu em Wolverhampton foi capaz de votar por cerca de 460 membros indefinidos do partido, que não estavam presentes. “Agora, chegaremos a Westminster³²”, os defensores da ‘Verde 2000’ triunfaram, na realidade, quando os números mostraram sua ampla vitória. Agora que o partido foi colocado no prumo, seremos capazes de convencer os eleitores que somos competentes para que o poder nos seja confiado, que não somos radicais excêntricos ou - Gaia que me desculpe! - de esquerda! Os descentralistas, que eram mais numerosos na reunião do que refletiram os votos (graças às procurações), estavam desanimados ao final da reunião.

Chegam as eleições gerais de abril de 1992; a “nova e melhorada” estrutura do partido foi submetida a uma grande prova. O Partido Verde, agora “eficiente”, elegeu um total de 253 candidatos para o parlamento. Como todos sabem, naquela eleição, os tories de John Major inesperadamente alcançaram uma impressionante vitória sobre os Trabalhistas que, em anos recentes, Neil Kinnock havia preparado, aperfeiçoado e levado ainda mais à direita, a fim de chegar ao poder. Sábios conservadores alegraram-se, malignamente, com a sombria exposição do Partido Trabalhista (enquanto outros comentaristas expressaram desânimo com o recente término, não somente do comunismo soviético, mas da social-democracia européia), mas pouca atenção foi dada ao fato de que não somente os candidatos verdes receberam uma média de somente 1,3% da votação, mas nem mesmo um candidato verde ganhou. Segundo o periódico de Oxford Green Line, este era “um desastre para um partido que chegou a 15% nas eleições européias de 1989 e que havia se saído muito bem nas eleições locais durante os últimos cinco anos”.

Em resumo, foi uma abrupta queda para o abismo - e um embaraço enorme para os defensores da “Verde 2000”. Suas ambições parlamentares frustraram-se - ou seja, sua estratégia parlamentar foi um fracasso -, eles estão agora desacreditados e deslegitimados, apesar de quaisquer desculpas que possam, subsequen-

temente, dar ao fiasco. Além do mais, a fim de concorrer para o parlamento, o partido teve de pagar um depósito de 500 libras por cada candidato. (Isso seria reembolsado para aqueles que ganhassem). O que significa que agora deve perder 253 daqueles depósitos (multiplique 253 por 500), o que significa que o partido está caminhando para o precipício da bancarrota. Sara Parkin demitiu-se de sua posição na executiva no último verão de 1992. Na Grã-Bretanha, portanto, a estratégia parlamentar foi decididamente desacreditada. Mesmo que o partido nacional sobreviva, será necessário um longo tempo para que os defensores do parlamentarismo possam estar, novamente, entre os verdes britânicos.

Porém, os conselheiros verdes locais costumam ser encontrados na Grã-Bretanha, restringindo-se a aproximadamente 100 ou 200, nos níveis comunais, distritais e municipais. Suas orientações políticas variam, e não são necessariamente descentralistas - notáveis verdes em Camdridge e Humberside, por exemplo, defenderam a moção centralista "Verde 2000" (muitos de seus defensores são de Londres). Mas nas localidades em que os verdes e as atividades verdes são mais fortes - em Stroud e Oxford, mais notadamente - os assuntos do partido nacional têm tido mínima importância e os verdes tendem a ser mais radicais. Seguem com suas atividades locais, apesar dos feitos do partido nacional.

Uma alternativa democrática ao Parlamentarismo Verde

Atentos a essas e outras lamentáveis histórias da política dos verdes, muitos ecologistas libertários estão procurando maneiras de instituir políticas democráticas junto com linhas ecológicas que não irão, mais uma vez, submeter-se ao destino da absorção pelo sistema que se propõe opor. Acompanhando os desenvolvimentos, particularmente na Alemanha, como uma lição objetiva - uma lição sobre o que evitar - as possibilidades de um novo começo estão sendo exploradas em algumas áreas. A questão com a qual esses ecologistas se deparam é como institucionalizar a democracia, atentos ao que se deve evitar.

Felizmente, as escolhas políticas que se encontram antes dos atuais movimentos por democracia e ecologia não estão limitadas a entrar na administração parlamentar e ser cooptadas, e ainda limitam-se à ação direta; por meio disso, seguem sem uma esfera política mais ampla. As políticas do municipalismo libertário desenvolvidas pelo ecologista social Murray Bookchin³³ representam uma aproximação alternativa de construção e democratização do domínio político existente em nível local, apesar de parecer pouco ou minimamente existente, inicialmente, mas finalmente criando uma nova política em uma esfera política recuperada. Neste caminho, os verdes iriam concorrer com candidatos em nível

local chamando para a criação ou reativação das assembleias de bairro e das reuniões de cidades, tentando retomar poderes locais que têm uma longa história em si mesmos e que foram apropriados pelo Estado-Nação. Estabelecendo-se sobre a tensão que continua existindo entre as localidades e o governo centralizado³⁴, que uma vez os trouxe sob seu controle, as localidades democratizadas poderiam fazer parte de uma confederação que formasse um contra-poder ao Estado-Nação³⁵.

Em locais onde as tradições democráticas locais permaneceram na memória ou onde instituições democráticas locais já são mais distintas dos níveis estaduais, provinciais e federais, os verdes podem facilmente apelar para a expansão dos poderes locais, lutando por maior autonomia e por participação popular no controle de suas vidas cotidianas, sendo estes locais autênticos para uma nova política ecológica. Na Grã-Bretanha, por exemplo, uma luta deve ser travada contra os planos dos tories de centralizar ainda mais a Grã-Bretanha, enquanto as idéias descentralistas que existem pela Europa, devem agora ser construídas a fim de começar a formar um contrapoder desde baixo.

Nos sistemas de Estado-Nação muito centralizados, entretanto, óbvias tensões entre governos locais e nacionais parecem dificilmente existir, e as possibilidades de políticas do municipalismo libertário podem não ser tão óbvias. Na Itália, por exemplo, cada nível local de governo - provincial, regional, das cidades, e até mesmo dos bairros - é uma réplica do governo nacional e os corpos executivos, legislativos e judiciários locais da cidade resumem esses corpos em níveis regionais, provinciais e nacionais. Na França - talvez a mais centralizada das repúblicas ocidentais - os governos locais não têm força, praticamente. O papel do Estado-Nação é totalmente abarcador: o poder irradia de Paris para as províncias, para os distritos, até finalmente para a menor das vilas rurais. O que é decidido em Paris sobre uma ampla gama de questões, aplica-se com uma incrível uniformidade em cada província e distrito, com quase nenhuma variação que se baseia nas culturas e tradições locais. Apesar de o sistema governamental alemão ser comumente chamado de "descentralizado", porque ao contrário das "unitárias" França e Itália, o sistema é uma "federação" de vários estados outrora independentes, legislações "federais" gozam de predominância sobre legislações regionais em muitas áreas.

Mesmo assim, isso não significa que a democratização é impossível nessas repúblicas ou em qualquer outro lugar. As restrições que a Itália, França, Alemanha, Grã-Bretanha, ou outro governo central colocam sobre suas municipalidades não são algo que radicais verdes e libertários precisam aceitar passivamente ou somente lamentar. É totalmente o contrário: estas restrições são assuntos

de luta com importância crucial e que um caminho de municipalismo libertário confrontaria nas eleições locais em todos os Estados centralizados. Certamente, as assembleias locais para as quais os verdes ou outros ecologistas podem convocar o público, provavelmente terão apenas poder moral, ou um poder sem autoridade oficial, no início. Mas uma vez que uma assembleia moral tenha sido criada e mantida, ela adquire um peso político próprio, ganhando uma viva força que pode ser institucionalizada politicamente na forma de políticas locais democratizadas.

Ecologistas democráticos, dentro ou fora dos verdes, podem explorar as possibilidades de desenvolver políticas do municipalismo libertário nos diversos espaços que têm, dentro dos muitos conselhos municipais. Os verdes existentes possuem espaços em todos os países discutidos aqui e em outros lugares, e eles podem ser educados nas potencialidades da democracia direta e da confederação.

No momento, é a direita que está construindo um sentimento descentralista em muitas partes do mundo. Um caminho de municipalismo libertário não deixaria esse espaço para a direita explorar. Como um verde no Reino Unido recentemente escreveu no Green Line: “Enquanto a velha cultura trabalhista está em declínio, o conservadorismo é uma força bem viva. O Partido Tory tem, de longe, o maior número de filiados, e enquanto o Partido Trabalhista estraga-se ao centralizar seu sistema de filiação, os tories continuam a descartar o sistema nacional de filiação, apoiando-se em sua fórmula de sucesso das filiações locais. Agindo mais como clubes sociais do que como máquinas eleitorais, essas associações capacitam a vida cotidiana das pessoas [...] para girarem em torno do Partido Tory, e é isso que os fazem bem-sucedidos”. Partidos de extrema-direita de todos os lugares têm feito apelos ainda mais efetivos por fins mais paroquiais. Quando municipalistas libertários, sendo parte de uma tradição de esquerda, apelam para tradições locais para a construção de uma democracia, não é para inflamar chauvinismos étnicos ou locais ou para criar movimentos autoritários bairristas. Mais propriamente, eles buscam a descentralização de uma forma que inspire as tradições locais com os valores universais do Iluminismo, especialmente a liberdade, e que expandam suas instituições existentes, diversos povos e culturas.

Em seu favor, os verdes alemães fizeram exigências descentralistas em seu programa original: “Às unidades básicas descentralizadas e abrangíveis (comunidades locais, distritos) devem ser dados direitos de autogoverno e ampla autonomia [...]. Os direitos de administração e autodeterminação para estados, regiões, distritos, autoridades locais e distritos urbanos devem ser aumentados”.

Tais demandas podem ser feitas freqüentemente, exigindo não somente direitos, mas também liberdade para todos os habitantes, a necessidade de uma descentralização real, o desenvolvimento de instituições locais que são crescentemente libertadas das forças das instituições nacionais, e por fim, a completa capacitação das instituições descentralizadas, em bases confederais e democráticas. Discussões estão ocorrendo em diversos lugares em relação a como começar a formar fortes estruturas descentralizadas dentro dos verdes e como trabalhar com verdes descentralistas em conselhos locais. Onde uma democracia radical confederativa permanece uma potencialidade, essa democracia pode ser novamente despertada e expandida - e, finalmente, radicalizada se os movimentos não cederem à degeneração parlamentar. O apelo pode bem ser aquele popularizado por Bookchin nos Estados Unidos: “devemos democratizar a república, e, finalmente, radicalizar a democracia”.

Notas

¹“Verdes” é a denominação utilizada para referir-se aos Partidos Verdes (PV) espalhados por cerca de cinquenta e seis países, dentre eles o Brasil. No geral, suas propostas têm como plataforma a ecologia e a defesa do meio-ambiente. (N. E.)

²*New York Times*, 31 de maio de 1989.

³*Associated Press*, 16 de abril de 1989.

⁴Parlamento alemão. (N. E.)

⁵Baader-Meinhof Gang foi um dos mais relevantes grupos revolucionários que a esquerda alemã já teve. Destacam-se, sobretudo, por suas ações armadas realizadas a partir de 1968 na Alemanha Ocidental. Originado no movimento estudantil da década de sessenta, foi batizado de Facção do Exército Vermelho (Rote Armee Fraktion ou RAF), recebendo posteriormente a denominação Baader-Meinhof, referente a Andreas Baader e Ulrike Meinhof (dois membros do movimento). Suas táticas de combate e guerrilha urbana chegaram a ser treinadas na Palestina. Em 1998, depois que grande parte dos principais quadros estava morta, o grupo foi dissolvido. (N. E.)

⁶A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO, em inglês) é uma aliança militar firmada no ano de 1949, em Washington, entre os Estados Unidos e os demais países europeus (além do Canadá) sob influência norte-americana, no contexto da Guerra Fria, para combater a expansão da União Soviética. Poucos anos depois, a URSS estabeleceu uma aliança militar do leste europeu, o Pacto de Varsóvia. Findada a disputa bipolar pelo controle mundial com a vitória do bloco capitalista, atualmente a OTAN é ainda controlada pelos EUA e foca suas ações em políticas de segurança da Europa, inclusive contando com países da antiga URSS. (N. E.)

⁷Jutta Ditzfurth citado em “German Greens, Still Fighting One Another, Survey Election Debacle” *New York Times*, 7 de dezembro de 1990 p. A6.

⁸Ver nota 5. (N. E.)

⁹Sobre as aproximações DC-Verdes em Baden-Württemberg, por exemplo, ver “Mit Anzug ins Bett” *Der Spiegel* 24 (junho de 1990) pp. 43-44; sobre a prontidão geral para as coalizões SPD e DC, ver “In der Zange” *Der Spiegel* (11 de março de 1991), p. 126 e “Einfach fabelhaft”, *Der Spiegel* 17 (1992), pp. 24-25.

¹⁰Hamburgo, como Berlin, é uma cidade que também é constituída como uma land, ou estado, com um governo de estado e estruturas de partido estatais.

¹¹Ver “In der Zange”, *Der Spiegel* 11 (11 de março de 1991), p. 126.

¹²Joschka Fischer citado em “Dagobert vorm Fleischerladen”, *Der Spiegel* 50 (dezembro de 1990), p. 28.

¹³Ver “Dagobert vorm Fleischerladen” *Der Spiegel* 50 (dezembro de 1990), p. 29; “Heller Wahnsinn”, *Der Spiegel* 16 (1991), pp. 23-24.

¹⁴Sediado em Berlim, o Conselho Federal (Bunderast) é a representação dos 16 estados que compõem a república federativa alemã. Junto com o Conselho Parlamentar (Bundestag), forma o sistema bicameral alemão. No Bunderast são votadas as leis que dizem respeito aos estados (länder). (N. E.)

¹⁵Cidade alemã do estado de Nordrhein-Westfalen. É uma cidade independente (Kreisfreie Städte) ou distrito urbano (Stadtkreis), ou seja, possui estatuto de distrito (kreis). Foi a capital da República Federal Alemã (RFA) entre 1949 e 1989, uma vez que Berlim era a capital da República Democrática Alemã (RDA), de orientação soviética. Atualmente ainda é a sede de alguns ministérios alemães e seções da ONU ligadas ao meio-ambiente e assuntos de países subdesenvolvidos. (N. E.)

¹⁶“Blitzfink ohne Widerspruch”, *Der Spiegel* 12 (1991), p. 30.

¹⁷Entrevista de Jutta Ditfurth, verão de 1991.

¹⁸“Mühselige Wurstelei”, *Der Spiegel* 19 (abril de 1991), pp. 20-21.

¹⁹“Einfach fabelhaft”, *Der Spiegel* 17 (1992), pp. 24-25.

²⁰Esta parte está baseada, parcialmente, nas entrevistas com Franco LaCecla (Roma), Marina Padovese (Veneza) e Rosalba Sbalchierro (Toscânia).

²¹Ver Brian Doherty, “The Fundi-Realo Controversy: An Analysis of Four European Green Parties”, *Environmental Politics* 1 (Primavera de 1992), pp. 95-120, pp. 108-10.

²²Toni Negri, “The Greening of Italy”, *New Statesman* (4 de setembro de 1987), pp. 20-21.

²³Sandra Borelli, “Una vittoria amara”, *AAM Terra Nuova* 63-64 (Maio-Agosto de 1992), pp. 92-94.

²⁴“Si dimette Alex Langer”, in *ibid.*, pp. 93-94.

²⁵Esta seção é baseada, em parte, nas entrevistas com Daniel Blanchard e Jean-Jacques Gandini, assim como Brian Doherty, “The Fundi-Realo Controversy: An Analysis of Four European Green Parties”, *Environmental Politics* 1 (Primavera de 1992), pp. 112-14.

²⁶Criada na França, em 1984, a SOS Racisme é uma organização que luta contra a discriminação racial. Trata-se de um grupo polêmico, muito criticado pela extrema-esquerda francesa e por grupos de imigração. Entre outros motivos de crítica, em fevereiro de 2006, manifestou-se a favor da publicação das char-

ges ofensivas ao profeta muçulmano Mohamed (Maomé) no jornal dinamarquês *Jyllands-Posten* que desencadeou ondas de violência ao longo do mundo islâmico. Está associada ao Partido Socialista Francês. (N. E.)

²⁷Mark Hunter, *Washington Post* (22 de março de 1989).

²⁸Apesar de seu fundador Brice Lalonde afirmar que “não é um partido”, o *Génération Écologie* (GE) é um partido ecologista francês de orientações políticas explicitamente de direita. Desde que iniciou suas atividades em 1990, nunca obteve mais que 11% dos votos nas eleições legislativas francesas. (N. E.)

²⁹Assinado em 7 de fevereiro de 1992, na cidade de Maastricht, ao sul da Holanda, o Tratado de Maastricht (também chamado de Tratado da União Européia) representa o ponto fundamental na criação da União Européia. Entrando em vigor em 1^o de novembro de 1993, por meio do tratado foi instituído o Euro (moeda comum européia), estabeleceram-se novos acordos de política externa e de segurança em comum entre os membros da antiga Comunidade Econômica Européia. Um marco do neoliberalismo europeu. (N. E.)

³⁰Alan Riding, “European Treaty Evokes Fear and Suspicion at Grass-Roots Level in France”, *New York Times* (8 de setembro de 1992), p. A12.

³¹O Partido Conservador britânico é onde se convergem as forças monarquistas da Grã-Bretanha. O termo “*tories*” surge no século XVII, no contexto da Revolução Gloriosa. Seus rivais eram os “*whigs*” (liberais). Atualmente faz oposição ao Partido Trabalhista, de Tony Blair. (N. E.)

³²Distrito no centro de Londres, Inglaterra, onde se localiza o Palácio de Westminster. Aí está localizado o Parlamento Inglês (com a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns). (N. E.)

³³Murray Bookchin (1921-2006) foi um autor dos Estados Unidos que passou pela juventude comunista e pelo trotskismo, antes de chegar ao anarquismo. Quando foi militante sindical (Bookchin foi operário das fundições de aço) sofreu influência de militantes anarquistas que o iniciam no pensamento libertário. Bookchin foi um trabalhador autodidata, cujos esforços para elaboração de teorias advêm de seus estudos e não da universidade. Tendo escrito vários livros sobre temas políticos e sociais, ficou bastante conhecido por seu envolvimento com a questão ecológica, conferindo uma abordagem libertária ao assunto. Há uma parte importante de sua teoria desenvolvida em torno do que se chamou de municipalismo libertário. Bookchin foi fundador, ainda na década de 1970, do Institute for Social Ecology, terminou a vida tendo escrito mais de uma centena de artigos e mais de vinte livros. Em português, encontramos de Bookchin: *Municipalismo Libertário (Imaginário)*, *Anarquismo Frente aos Novos Tempos (Index)*, *Comunalismo: a dimensão democrática do anarquismo (Index)*, *Socio-*

biologia ou Ecologia Social? (Achiamé), Textos Dispersos (Socius), Anarquismo Social ou Anarquismo de Estilo de Vida (no prelo). Além disso, há artigos dele nos livros Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas (Faísca), O Bairro, A Comuna, A Cidade: espaços libertários, na revista Novos Tempos 2 (Imaginário), dentre outros. (N. E.)

³⁴Esta tensão, colocada por Biehl, reflete um pouco das origens da teoria do municipalismo libertário, da qual ela e Bookchin são defensores. Como ela mesma aponta, foi preponderante para a elaboração da teoria do municipalismo libertário esta tensão entre os âmbitos do governo e das municipalidades dos Estados Unidos, algo que não existe no Brasil, e segundo alguns conhecedores do sistema americano, nem nos EUA, com exceção de algumas pequenas localidades da Nova Inglaterra. (N. E.)

³⁵Sobre o municipalismo libertário, ver os trabalhos recentes de Murray Bookchin, incluindo os mais recentes *Urbanization Without Cities* (Montreal: Black Rose Books, 1991), e "Libertarian Municipalism", *Society and Nature* 1 (1992), pp. 93-104.

Este artigo é uma síntese revisada de "Western European Greens: Movement or Parliamentary Party?" ["Os Verdes da Europa Ocidental: Movimento ou Partido Político?"], *Green Perspectives* 19 (fevereiro de 1990); "Farewell to the German Greens" ["Adeus aos Verdes Alemães"], *Green Perspectives* 23 (junho de 1991) e "U.K. Greens Face the Future" ["Os Verdes Britânicos Enfrentam o Futuro"], *Regeneration* 4 (outono de 1992). Obrigada a Murray Bookchin por suas críticas e comentários construtivos.

